



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 21.1.2003
COM(2003) 26 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO
AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU**

**PENSAR EM TERMOS DE PEQUENAS EMPRESAS
NUMA EUROPA EM ALARGAMENTO**

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU

PENSAR EM TERMOS DE PEQUENAS EMPRESAS NUMA EUROPA EM ALARGAMENTO

O Conselho Europeu de Lisboa fixou o objectivo de converter a Europa na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo até 2010. A competitividade europeia depende em grande medida das suas pequenas empresas, que constituem uma fonte significativa de emprego, um terreno propício para o desenvolvimento de novas ideias e um elemento essencial do espírito empresarial. Por esta razão, o Conselho Europeu de Feira endossou o princípio “pensar primeiro em termos de pequenas empresas”¹ como um dos meios para atingir os objectivos de Lisboa. Esta mensagem foi confirmada no relatório da Comissão ao Conselho Europeu da Primavera, que sublinha a importância do estímulo ao investimento, ao emprego e ao crescimento através do conhecimento, da inovação e do dinamismo empresarial².

Para fazer face a este desafio, é necessário um melhor ambiente empresarial no quadro do mercado interno, por exemplo reduzindo tanto quanto possível as formalidades administrativas e regulamentares a que as empresas estão sujeitas e facilitando o acesso ao financiamento. Além disso, fazer face a este desafio implica a adopção de atitudes favoráveis ao espírito empresarial, que incitem os cidadãos a transformar as suas ideias em empresas e os ajudem a aprender com as experiências mal sucedidas. Convida também a UE a desenvolver uma atitude mais positiva face às iniciativas empresariais e à tomada de riscos.

Para responder a este desafio, a Comissão e os seus serviços publicam uma série de documentos que avaliam os progressos realizados no suporte às pequenas e médias empresas. Estes documentos examinam em que medida é que a Europa está a responder aos seus compromissos e a criar um ambiente favorável às pequenas empresas. Esta Comunicação apresenta um sumário dos relatórios em questão, sublinhando cinco mensagens chave.

Esta Comunicação e os seguintes relatórios:

- Relatório sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas³;
- Relatório sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas nos países candidatos à adesão à UE⁴;
- “Criar uma Europa empresarial: As actividades da União para as pequenas e médias empresas (PME)”⁵;

¹ Este compromisso está consagrado na Carta Europeia das Pequenas Empresas tal como adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira de 19-20 de Junho de 2000 (Anexo III das conclusões do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira).

² “Optar pelo crescimento: Conhecimento, inovação e empregos numa sociedade coesa”, COM(2003) 5, 14.1.2003

³ COM(2003) 21 de 21.1.2003.

⁴ SEC(2003) 57 de 21.1.2003.

⁵ SEC(2003) 58 de 21.1.2003.

- “O Representante para as PME: uma interface activa entre a Comissão e a comunidade das PME”⁶

servem de preparação ao Livro Verde sobre o espírito empresarial lançado na mesma data e que examina o enfoque global da União Europeia ao espírito empresarial e às condições necessárias para assegurar a capacidade de crescimento das empresas europeias.

A maioria das medidas para melhorar o enquadramento das pequenas empresas são da responsabilidade nacional. Neste contexto, uma grande parte do trabalho da Comissão nesta área visa ajudar os Estados-Membros a melhorarem o seu desempenho através do chamado método aberto de coordenação, o qual responde a um pedido do Conselho Europeu de Lisboa.

1. A Europa deve dar mais atenção às pequenas empresas

As pequenas empresas representam a grande maioria das empresas europeias. É esta a razão que levou os Estados-Membros a assumirem o compromisso de “pensar primeiro em termos de pequenas empresas”. No entanto, as pequenas empresas e os seus trabalhadores enfrentam, por vezes, dificuldades em exprimir as suas preocupações; além disso, podem considerar que têm problemas mais prementes do que trocar impressões com as autoridades públicas. Daqui resulta que a consulta das pequenas e médias empresas aquando da elaboração de políticas e de medidas legislativas continua a ser pouco significativa em toda a UE.

O relatório sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas demonstra que, no entanto, alguns Estados-Membros têm dado um bom exemplo com a criação de uma série de diferentes canais de comunicação com as pequenas empresas. Por exemplo, no Reino Unido existe um *Small Business Council*, que organiza encontros com as pequenas empresas em todo o país e as representa junto do governo. O seu presidente participa em reuniões ministeriais e apresenta recomendações políticas anuais ao governo. Por seu lado, a administração pública dinamarquesa consulta anualmente, a propósito das formalidades administrativas, mais de 1 000 empresas representativas. A Suécia desenvolveu um novo método destinado a avaliar as formalidades administrativas e, na Finlândia, representantes empresariais participam em grupos de trabalho incumbidos da redacção da legislação. Na Alemanha e na Áustria, por exemplo, as organizações empresariais são consultadas regularmente sobre os projectos de legislação.

Em contrapartida, vários países ainda não proporcionam oportunidade às pequenas empresas de expressarem os seus interesses e as suas preocupações. Urge adoptar medidas para que as pequenas empresas possam manifestar os seus pontos de vista.

Este desafio é ainda mais premente na perspectiva de uma futura Europa alargada. Segundo o relatório sobre a implementação da Carta nos países candidatos à adesão à UE, vários países candidatos devem ainda criar meios que permitam a participação dos representantes empresariais no processo de decisão política e legislativa. A reacção da comunidade empresarial é essencial para que as novas medidas de fomento do espírito empresarial sejam, desde o início, as mais adequadas.

Além disso, as organizações empresariais, em especial as que defendem os interesses das pequenas e médias empresas, também devem empenhar-se no reforço da sua representação. É importante que os seus membros reconheçam que esta representação redunde em seu próprio benefício e, conseqüentemente, apoiem as suas organizações.

⁶ SEC (2003) 60 de 21.1.2003.

Escutar as pequenas empresas e integrar as suas preocupações nas diversas políticas comunitárias constitui uma tarefa essencial do Representante da Comissão para as PME, nomeado no âmbito da direcção-geral da Empresa há pouco mais de um ano. O Representante para as PME actua como intermediário entre os representantes das PME e os serviços da Comissão, procurando que sejam tidas em conta as necessidades das PME nas políticas e iniciativas comunitárias. Cabe-lhe desempenhar um papel importante no aumento da sensibilização para as questões relacionadas com as PME no interior da Comissão, no reforço do diálogo com as organizações empresariais e na promoção do princípio “pensar primeiro em termos de pequenas empresas”.

2. Os Estados-Membros intensificam o intercâmbio de boas práticas

Quando se trata de escutar as pequenas empresas, muito proveito se poderia tirar da aprendizagem com as práticas que tiveram êxito. Como é demonstrado no relatório sobre a implementação da Carta, este processo começa a verificar-se também noutros domínios. Concretamente, um número cada vez maior de Estados-Membros tem vindo a indicar a influência, na elaboração das suas medidas políticas nacionais, das ideias provenientes de outros países. Isto representa um verdadeiro progresso e responde às conclusões do Conselho Europeu de Barcelona.

Por exemplo, a Dinamarca desenvolveu um sítio web de registo em linha das empresas. De certa forma, esta iniciativa baseou-se nos resultados de um projecto a nível da UE. A Suécia criou um sistema de garantia de empréstimos para as PME, inspirado nas práticas vigentes nos Países-Baixos e na Finlândia. A Bélgica aproveitou as experiências realizadas na Dinamarca, na França, nos Países Baixos e na Áustria para elaborar a sua política de agrupamentos de empresas⁷.

A Comissão tem vindo a apoiar este processo de aprendizagem das boas práticas, que começa agora a dar frutos. Os países candidatos também estão a aderir a este processo. Algumas das suas medidas inovadoras podem constituir um exemplo para os Estados-Membros.

No entanto, apesar desta aprendizagem recíproca entre Estados-Membros, os resultados a nível da UE continuam a ser desiguais. Por exemplo, já é possível o registo em linha de uma empresa nalguns Estados-Membros⁸ como a Dinamarca e a Áustria; brevemente, isso também será possível na Suécia, estando ainda prevista essa possibilidade na Espanha e na França. Apesar destes progressos, nalguns Estados-Membros a fase de arranque de uma empresa continua a ser um processo lento e complexo. Certos Estados-Membros permitem que as pequenas empresas cumpram algumas das suas obrigações em linha, enquanto outros só agora começam a disponibilizar formulários em formato electrónico.

Subsiste o risco de os países mais avançados continuarem nesta via e de os países mais atrasados não registarem progressos. É indiscutível que os países candidatos também devem reduzir a distância que os separa dos países mais avançados da UE. As iniciativas de intercâmbio de boas práticas devem ser intensificadas, de forma a atenuar as diferenças a nível dos resultados, especialmente no contexto de uma Europa alargada.

3. Aprendizagem do espírito empresarial: papel da educação e da formação

⁷ Estas medidas estão descritas nos relatórios de 2002 dos Estados-Membros sobre a implementação da Carta, disponíveis em http://europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/charter/charter2003.htm.

⁸ Fonte: relatórios dos Estados-Membros sobre a implementação da Carta.

Inquiridos sobre o seu interesse por uma carreira empresarial, muitos cidadãos europeus respondem pela negativa. Em comparação com os EUA, esta perspectiva⁹ continua a ser relativamente pouco atraente em toda a UE. No entanto, alguns Estados-Membros como a Grécia, Portugal e a Espanha apresentam uma maior tendência a favor de um espírito empresarial do que os EUA, ao passo que a Itália apresenta uma tendência semelhante. Além disso, as pessoas que trabalham nas pequenas e médias empresas precisam de ter acesso a uma formação adequada para manterem as suas capacidades e a sua competência actualizadas. É esta a razão pela qual os Estados-Membros têm dedicado uma atenção cada vez maior à promoção do espírito empresarial nos seus sistemas de ensino e de formação, indo assim ao encontro do interesse dos cidadãos europeus, muitos dos quais desejosos de aprender a forma de iniciar ou desenvolver uma actividade empresarial.

O relatório sobre a implementação da Carta mostra que alguns Estados-Membros como, por exemplo, a Bélgica estão a desenvolver programas-quadro destinados a apoiar iniciativas empresariais e a fomentar atitudes favoráveis ao espírito empresarial¹⁰. Em termos gerais, existe uma sensibilização cada vez maior para o facto de o espírito empresarial ser uma atitude e uma opção de vida que devem ser incentivadas e ensinadas numa fase precoce. A motivação, a criatividade, a iniciativa e a capacidade de assumir riscos são valores que podem ser fomentados através de uma educação progressiva e em fase precoce.

Há um ano, só dois Estados-Membros tinham começado a promover, na escola primária, atitudes empresariais como o sentido de iniciativa e a motivação. Actualmente, quase um terço dos Estados-Membros¹¹ está a implementar iniciativas neste sentido, encontrando-se outras em fase de projecto. Foram lançadas várias iniciativas novas que visam o ensino secundário. Por exemplo, na Irlanda, no Luxemburgo e no Reino Unido¹² estão em curso projectos que põem directamente em contacto alunos e empresários, deslocando-se estes últimos à escola ou visitando os alunos as empresas. Os estudantes do ensino secundário de alguns Estados-Membros, nomeadamente da Grécia, têm aulas dedicadas ao espírito empresarial. Os estudantes do ensino secundário aprendem, em pelo menos metade dos Estados-Membros, a criar e a desenvolver uma empresa, constituindo os Países Baixos um bom exemplo neste domínio¹³. A melhoria dos conhecimentos em matéria de espírito empresarial por parte dos professores também constitui uma preocupação cada vez maior das políticas de vários Estados-Membros.

Todas estas iniciativas contribuem para que a Europa esteja no bom caminho para desenvolver o espírito empresarial. No entanto, apesar de os progressos serem encorajadores,

⁹ Em 2001, a tendência manifestada na UE a favor de um espírito empresarial (48 % das pessoas mostraram-se favoráveis a um emprego por conta própria) era inferior em 11% à mesma tendência nos EUA (59%). A Grécia (68 %), Portugal (63 %), e a Espanha (60%) eram mais favoráveis do que os EUA, e a Itália apresentou a mesma percentagem de pessoas favoráveis (59 %). Fonte: Flash Eurobarómetro 107 (2001): O espírito empresarial. Sondagem realizada pela EOS Gallup Europe, a pedido da Comissão Europeia, direcção-geral da Empresa. (http://europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/survey/eurobarometer83.htm).

¹⁰ Fonte: Relatório de 2002 da Bélgica sobre a implementação da Carta.

¹¹ Estes países são a Irlanda, a Suécia, a Finlândia e o Reino Unido. A Noruega também está a realizar iniciativas semelhantes.

¹² Ver o relatório sobre a implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas, COM (2003) 21. Os relatórios dos Estados-Membros estão disponíveis no seguinte endereço: http://europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/charter/charter2003.htm

¹³ Na Bélgica, Alemanha, Espanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e também na Noruega, os estudantes podem aprender a criar uma microempresa.

as iniciativas no domínio da educação e da formação só produzirão efeitos a médio e longo prazo.

4. Criação de uma cultura empresarial nos países candidatos

Nos países candidatos, a criação de uma cultura empresarial constitui o desafio principal. Para além da implementação do acervo comunitário, os países candidatos necessitam de empresas competitivas¹⁴ e de um enquadramento empresarial favorável que lhes permita tirarem partido das vantagens do mercado interno.

É no quadro do sistema de ensino, em especial nos países candidatos, que a promoção da cultura empresarial deve ter início. O Relatório sobre a implementação da Carta nos países candidatos à adesão à UE apresenta indícios encorajadores. O ensino do espírito empresarial e das capacidades empresariais faz parte do programa de estudos do ensino secundário em quase metade dos países candidatos¹⁵. Além disso, nestes países existe uma grande variedade de programas de formação destinados a melhorar as capacidades empresariais. Na Estónia e na Letónia, por exemplo, existem programas de formação para as pequenas empresas, que se inserem no contexto mais amplo do ensino permanente. No entanto, ainda falta um longo caminho a percorrer para atingir, a todos os níveis, uma estratégia global da educação em matéria de espírito empresarial.

No que se refere às autoridades públicas, também é necessária uma mudança de mentalidades que permita instaurar um ambiente favorável à criação, ao crescimento e à transmissão de empresas. Neste contexto, os países candidatos já começaram a reduzir a burocracia. As despesas administrativas e os prazos necessários para criar uma empresa foram reduzidos de tal forma que alguns países candidatos¹⁶ se encontram ao nível dos países europeus mais avançados na matéria. Foram criados balcões únicos para reduzir as formalidades administrativas, e a legislação em matéria de falências foi melhorada em vários países.

Para reduzir ainda mais a burocracia a que estão sujeitas as pequenas empresas, alguns países candidatos¹⁷ começaram a fornecer informações e serviços através da Internet. A utilização interactiva de meios de comunicação electrónicos foi incentivada de tal forma que os empresários na Eslováquia, em Malta, na Letónia e na Lituânia podem apresentar as suas declarações fiscais e outros documentos oficiais por via electrónica.

Noutros domínios, os progressos são menos encorajadores. As PME continuam a ter dificuldades de acesso ao financiamento, apesar de muitos países candidatos utilizarem eficazmente alguns instrumentos fiscais para aumentar a capacidade financeira destas empresas. Por exemplo, na Lituânia a base de tributação aplicável às microempresas é inferior à das empresas de maiores dimensões; também foram introduzidas outras concessões sob a forma de isenções e de reduções do IVA¹⁸. De qualquer forma, o potencial existente em matéria de inovação e tecnologia ainda não é suficientemente aproveitado. A falta de

¹⁴ De acordo com um inquérito sobre o número de pessoas implicadas na criação de uma empresa, os países candidatos objecto do inquérito não apresentaram, enquanto grupo, um perfil diferente em comparação com os Estados-Membros da UE. Global Entrepreneurship Monitor, 2002 Executive Report Reynolds, Bygrave, Autio, Cox and Hay.

¹⁵ O espírito empresarial faz parte do programa de estudos na Polónia, Hungria, Letónia, Lituânia e Roménia.

¹⁶ É este o caso especialmente de Malta, mas também de Chipre, da Letónia, da Lituânia e da Roménia.

¹⁷ Incluindo a República Checa, a Bulgária, a Estónia e a Turquia.

¹⁸ Fonte: Relatório da Lituânia sobre a implementação da Carta, disponível no seguinte endereço: http://europa.eu.int/comm/enterprise/enterprise_policy/enlargement/charter_ccs_2003.htm.

estratégias nacionais coerentes também se faz sentir; as que existem são ainda muito recentes para terem tido qualquer impacto considerável.

5. Colocar as PME na vanguarda de todas as políticas comunitárias

Dado que as PME constituem o motor da economia europeia, praticamente todas as políticas comunitárias têm uma dimensão relacionada com as PME. A maioria das políticas e dos programas comunitários tem em conta as preocupações e as necessidades específicas dessas empresas, que são apresentados no relatório sobre as actividades da União para as pequenas e médias empresas (PME).

Por exemplo, para o período 2000-2006, os fundos estruturais previram investimentos no montante de cerca de 16 mil milhões de euros¹⁹ para projectos destinados às PME. Cerca de um terço desta ajuda comunitária às PME destina-se a serviços de apoio e a serviços comuns às empresas, tais como viveiros de empresas, redes e agrupamentos de empresas. Além disso, a ajuda comunitária desencadeia um maior apoio por parte dos fundos nacionais.

De igual forma, o programa plurianual para a empresa e o espírito empresarial, em especial para as pequenas e médias empresas (PME)²⁰, bem como os seus instrumentos financeiros, destinam-se a melhorar o ambiente empresarial das pequenas e médias empresas.

Nos países candidatos, a assistência pré-adesão tem sido cada vez mais canalizada para o apoio às pequenas e médias empresas, o que reflecte a vontade de os países candidatos utilizarem os fundos disponíveis para implementar a Carta Europeia das Pequenas Empresas. Após o alargamento, os fundos estruturais deverão desempenhar um papel importante na realização dos compromissos da Carta.

As PME também constituem um objectivo importante do 6º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Em relação ao período 2002-2006, foram afectados quase 2,2 mil milhões de euros para apoiar as PME nas suas iniciativas em matéria de investigação e inovação, o que faz com que o 6º programa-quadro seja um dos maiores instrumentos mundiais de apoio às iniciativas de investigação das PME. Estas últimas também beneficiam do programa LIFE, o instrumento financeiro para as questões do ambiente, que em 2002 consagrou 28 milhões de euros a projectos em que as PME estão implicadas, ou do sistema de rótulo ecológico da UE, em que 80% das empresas participantes são PME²¹.

O Representante para as PME também tem um papel importante a desempenhar na melhoria do acesso das PME à informação e aos programas comunitários, bem como no desenvolvimento de uma estratégia horizontal e coordenada das questões relacionadas com as PME.

Perspectivas futuras

¹⁹ Isto corresponde a cerca de 11% do orçamento total dos fundos estruturais. Fonte: “Criação de uma Europa dotada de espírito empresarial: As actividades da União Europeia para as pequenas e médias empresas (PME)”, SEC(2003) 58.

²⁰ Decisão 2000/819/CE do Conselho, de 20 de Dezembro de 2000, relativa a um programa plurianual para a empresa e o espírito empresarial, em especial para as pequenas e médias empresas (PME) (2001-2005), JO L 333 de 29.12.2000, p. 84.

²¹ Fonte: “Criação de uma Europa dotada de espírito empresarial: As actividades da União Europeia para as pequenas e médias empresas (PME)”, SEC(2003) 58.

O pacote PME faz parte de um mais amplo quadro político dirigido para a realização dos objectivos de Lisboa, e que contribui para o próximo Conselho Europeu da Primavera²².

A Empresa Europa pode estar no bom caminho, mas são necessários progressos mais rápidos para que a UE possa atingir o objectivo de Lisboa no sentido de tornar a Europa na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social, até 2010.

Um domínio essencial em que são necessários progressos é o da promoção do espírito empresarial. É esta a razão pela qual a Comissão lançou um debate público, através do seu Livro Verde sobre o espírito empresarial, quanto à forma de melhorar este espírito. Com base na análise de progresso na Empresa Europa, incluindo os resultados do pacote PME, a Livro Verde aborda questões fundamentais sobre a formação de novos empresários e a criação de novas empresas europeias.

Uma Europa que consiga proporcionar um ambiente cada vez melhor às suas pequenas empresas, e estimular e aproveitar o seu potencial de criação de empresas terá muito mais garantias quanto à sua competitividade futura.

²² A Carta Europeia das Pequenas Empresas estipula a apresentação, por parte da Comissão, de um relatório anual ao Conselho Europeu da Primavera.